



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLII — Nº 5

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 24 DE JANEIRO DE 1968

ATA DA 5ª SESSÃO, EM 23 DE JANEIRO DE 1968

1ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 6ª Legislatura

PRESENCIA DOS SENHORES MOURA ANDRADE E EDMUNDO LEVI.

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Faria
Oscar Favas
Alvaro Melo
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
João Lúcio
Sérgio Figueiredo
Ilmar, Pimentel
Luiz F. L.
Iury Camargo
Argemir de Albuquerque
João Franco
Rui Palmeira
Júlio Leite
Aloysio de Carvalho
Antonio da Silva
Carlos Lins de Albuquerque
Carlos Roberto
Raul Chaves
Aarão Stenicherch
Mário Martins
Zurdo Vianna
Gilberto Martins
Miguel da Costa
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Moura Andrade
João Abrão
José Feliciano
Pedro Lindolfo
Fernando Corrêa
Dionísio Neto
Ney Braga
Adolpho Franco
Celso Ramos
Antônio Carlos
Moraes da Silva

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Nota de presença acusa o comparecimento de 38 Srs. Senadores. Há número registral, declara aberta a sessão. Vais ler lista a ata.

O Sr. 1º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

SENADO FEDERAL

O Sr. 2º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE
MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República, nos seguintes termos:

MENSAGEM
Nº 43, DE 1963
(Nº 31, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

De acordo com o disposto no artigo 121, caput, e § 1º, b, segunda parte, da Constituição do Brasil, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excenções a designação que pretendo fazer do Doutor Eraldo Gueiros Leite, Procurador-Geral da Justiça Militar, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente do falecimento do Ministro Orlando Acunha Ribeiro da Costa.

2. Os méritos do Doutor Eraldo Gueiros Leite, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam da seguinte informação do Ministério da Justiça.

Brasília, em 22 de janeiro de 1968; A. Costa e Silva.

"CURRICULUM VITAE" DO DOUTOR ERALDO GUEIROS LEITE

Nasceu a 18 de janeiro de 1912, na cidade de Conchitinho, Estado de Pernambuco.

Escolarizou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife, em dezembro de 1935.

I — CARGOS E FUNÇÕES EXERCÍCIOS

Entrou, quando estudante, as funções de Interventor autônomo do Cartório de Juri da Comarca do Recife. Exercia, ainda como estudante e quando inscrito no 4º ano da Faculdade de Direito, a função de Substitutor.

Exerceu o cargo de Promotor Público da Comarca de Aguas Belas, no Estado de Pernambuco.

Exerceu as funções de Advogado do Instituto do Café, no Estado de Pernambuco.

Em 1937, foi nomeado Promotor "ad hoc", junto à Justiça Militar, e, a seguir, foi nomeado Promotor-adjunto da mesma Justiça.

Em dezembro de 1940, foi nomeado interinamente, para exercer o cargo de Substituto do Promotor de Terceira Categoria da Justiça Militar.

Em dezembro de 1941, foi designado Substituto do Promotor da Auditoria da Sétima Região Militar.

Em novembro de 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, foi convocado para servir junto ao Conselho de Justiça que funcionava no Destacamento Misto da Ilha de Fernando de Noronha tendo permanecido até 23 de junho de 1943.

Serviu, diversas vezes, como Substituto do Promotor, condecorado por impedimento do titular, em várias lousas lousas militares, sem prejuízo de suas atribuições.

Em julho de 1947, passou a exercer o cargo de Superior Tribunal Militar, habilitando-se ao plantão dos Juizes do Advogado do Ofício, Promotor e Auditor da Justiça Militar.

Em agosto de 1948, foi nomeado Promotor da Justiça Militar e lotado na Auditoria da Sétima Região Militar.

Em janeiro de 1953, foi nomeado Juiz de Direito do Conselho de Justiça Militar, General Arádio de Souza Pereira, Delegado executivo do Conselho de Justiça Militar.

Em 1958, foi eleito, por voto unânime do Conselho, na Ordem do Mérito Jurídico Militar, com a Medalha de Distinção.

Participou, em junho de 1958, no I Congresso de Direito Penal Militar, apresentando trabalho sobre o crime de Desobediência e Insubordinação, que, aprovada, foram inseridos nos Anais do Congresso.

Colaborou, com a Justiça Militar, e em 1959, como Presidente de Junta Apuradora na Capital do Estado de Pernambuco.

Sem prejuízo de suas atribuições normais, funcionou junto ao Superior Tribunal Militar, lotado, em 1960, na Base Naval do Recife.

Acessorizou o Senhor General Cavaldo Arádio Mota, Comandante do IV Exército, durante a crise estudantil ocorrida em Recife, no ano de 1961.

Foi nomeado, em setembro de 1961, para exercer, em comissão, o cargo de Procurador-Geral da Justiça Militar.

Em março de 1962, foi nomeado, em caráter efetivo, para exercer o cargo de Subprocurador-Geral da Justiça Militar.

Em 10 de abril do ano de 1967, foi nomeado no cargo de Promotor-Geral da Justiça Militar.

Em novembro de 1947, recebeu convite oficial da Federação Interamericana de Advogados, para participar, como Chefe do Ministério Público Militar, no Brasil, do Congresso de Direito Militar, a realizá-lo, de 1 a 6 de dezembro de 1947, na República da Argentina.

II — ELOGIOS

a) A 12 de fevereiro de 1942, recebeu do Excelentíssimo Senhor General Gil Castelo Branco, Comandante do Destacamento Misto de Fernando de Noronha, o seguinte elogio:

"Ao ilustre membro da Justiça Militar, o Promotor Dr. Eraldo Gueiros Leite, que compartilha os nobres sentimentos e com a melhor dos militares superior as estranhas e desumanas, apresento minhas despedidas e agradeço as provas de inteligência e estima dadas ao Conselho de Justiça Militar e o espírito de colaboração e cavalheirismo notório junto a seus Oficiais, bem como o tato com que desempenha as suas nobres funções".

b) A 17 de junho de 1948, recebeu do Excelentíssimo Senhor General Arádio de Souza Pereira, Delegado executivo do Conselho de Justiça Militar, o seguinte elogio:

"O Senhor Dr. Eraldo Gueiros Leite, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam da seguinte informação do Ministério da Justiça.

Brasília, em 22 de janeiro de 1968; A. Costa e Silva.

"CURRICULUM VITAE" DO DOUTOR ERALDO GUEIROS LEITE

Nasceu a 18 de janeiro de 1912, na cidade de Conchitinho, Estado de Pernambuco.

Escolarizou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife, em dezembro de 1935.

I — CARGOS E FUNÇÕES EXERCÍCIOS

Entrou, quando estudante, as funções de Interventor autônomo do Cartório de Juri da Comarca do Recife. Exercia, ainda como estudante e quando inscrito no 4º ano da Faculdade de Direito, a função de Substitutor.

Exerceu o cargo de Promotor Público da Comarca de Aguas Belas, no Estado de Pernambuco.

Exerceu as funções de Advogado do Instituto do Café, no Estado de Pernambuco.

Em 1937, foi nomeado Promotor "ad hoc", junto à Justiça Militar, e, a seguir, foi nomeado Promotor-adjunto da mesma Justiça.

Em dezembro de 1940, foi nomeado interinamente, para exercer o cargo de Substituto do Promotor de Terceira Categoria da Justiça Militar.

Em dezembro de 1941, foi designado Substituto do Promotor da Auditoria da Sétima Região Militar.

auxiliar de excelentes e prestimosos serviços prestados às diligências havidas no decorrer do Inquérito. Ao Dr. Gueiros, meus votos de felicidade, e que sua brilhante carreira tenha no mesmo um paradigma exemplar".

e) A 21 de fevereiro de 1956, recebeu do General de Brigada Aurélio Alves de Souza Ferreira, executor do estado de sítio e Chefe do Estado Maior da Zona Norte, o seguinte elogio:

"2. Cumpro um dever de justiça, ao agradecer os bons serviços prestados pelo Dr. Eraldo Gueiros Leite, o que sem dúvida, muito contribuiu para facilitar a execução de minha missão de Delegado de Executor do Estado de Sítio no Estado de Pernambuco. Educado por princípios e disciplinado por índole, competente e capaz, foi sem dúvida o Dr. Eraldo um excelente auxiliar, graças à maneira e clareza com que interpretava e apresentava as soluções jurídicas, para os problemas surgidos no decorrer da execução dos trabalhos".

f) A 9 de junho de 1960, recebeu do Capitão de Corveta Thales Fleury de Godoy, Encarregado do Inquérito Policial Militar na Base Naval de Recife, o seguinte elogio:

"Participo a V. Sa. que o Sr. Promotor da Justiça Militar, Dr. Eraldo Gueiros Leite, tendo sido designado para acompanhar o presente I.P.M., prestou a mais valiosa cooperação na elucidação dos fatos em causa, esclarecendo dúvidas e proporcionando a melhor orientação possível, estando ainda, sempre solícito a qualquer hora do dia e da noite, a auxiliar os trabalhos, durante os quais revelou, finais uma vez, suas apreciáveis qualidades de inteligência, cultura e operosidade".

g) A 17 de junho de 1960, recebeu do Capitão de Mar e Guerra Darcy Dias de Carvalho Rocha, Comandante da Base Naval do Recife, o seguinte elogio:

"Encaminhando a V. Exa. o ofício anexo, desejo ressaltar a gratidão desta Base ao Dr. Eraldo Gueiros Leite, Promotor da Justiça Militar, pela inestimável cooperação que dele tem recebido, desde que foi empossado naquela Promotoria".

h) A 26 de junho de 1961, recebeu do Excelentíssimo Senhor Comandante do IVº Exército, General de Divisão Osvaldo de Araújo Motta, o seguinte elogio:

"O Comandante do IVº Exército prazerosamente, e, num dever de justiça, transmite a V. Exa. os seus melhores agradecimentos e louvores ao Promotor da Justiça Militar da 7ª R. M., e 7ª D. I., Dr. Eraldo Gueiros Leite, pela cooperação inteligente e leal prestada durante a grave generalizada dos estudantes das Escolas Superiores do Recife".

"2. As suas qualidades de conhecedor do Direito Brasileiro, a sua dedicação à causa pública, o seu bom senso, o seu espírito elevado de servir aos interesses supremos do país, foram mais uma vez atestados e postos à prova nessa situação angusta, em que viveu o IVº Exército, nesse período de tentativa de perturbação de ordem, de consequências imprevisíveis".

i) A 10 de abril de 1967, em carta que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República lhe dirigiu, destacou-se o seguinte trecho:

"Recebi sua carta, pondo à minha disposição o cargo, em comissão, de Procurador Geral da Justiça Militar, função que vem desempenhando com eficiência e dinamismo.

Por merecer a minha inteira confiança e certo do alto interesse e sensibilidade de homem público, com que tem cumprido, fielmente, as missões que lhe são confiadas, peço ao prezado amigo que continue prestando

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE ERITTO PEREIRA

CHefe DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHefe DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nos edifícios do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

seus inestimáveis serviços à frente da Procuradoria Geral da Justiça Militar. Cordialmente

as.) Arthur da Costa e Silva".
j) O Superior Tribunal Militar, julgando o Inquérito Policial Militar no 709, sobre atividades do Partido Comunista do qual foi Encarregado o Coronel Ferdinando de Carvalho, referindo à atuação do Dr. Eraldo Gueiros Leite, como Procurador Geral, disse em Acórdão unânime dos seus Juizes, o seguinte:

"Consta, ainda do processo, o pedido de prisão preventiva do Governador Negrão de Lima, solicitado pelo Coronel Ferdinando de Carvalho, Encarregado do I.P.M., a este Egrégio Tribunal, o qual, por decisão unânime, e com apoio no pronunciamento da Ilustrada Procuradoria Geral da Justiça Militar, houve por bem denegar.

Finalmente, há de se fazer referência ao minucioso e bem fundamentado parecer do digno Procurador Geral da Justiça Militar (folhas 69 a 78 do volume número 157, destes autos). Dito parecer que constitui um trabalho jurídico da mais elevada oportunidade e revelando invulgar senso de justiça, honra sobremaneira o seu autor. São páginas preciosas e eruditas que ficarão na história do Ministério Público da Justiça Militar do Brasil, e que ora transcrevemos e adotamos como razões de decidir".

III — MEDALHAS COM QUE FOI AGRACIADO

a) Ordem do Mérito Jurídico Militar — Medalha de Distinção, conferida a 24 de janeiro de 1958;

b) Ordem do Mérito Jurídico Militar — Medalha de Alta Distinção, conferida a 30 de novembro de 1964;

c) Ordem do Mérito Militar — folhe conferida a Medalha no Corpo dos Graduados especiais, o grau de Comendador, a 4 de agosto de 1965;

d) Ordem do Mérito Aeronáutico — Em grau de Comendador, em 23 de outubro de 1966;

e) Medalha Pernambucana do Mérito — de ouro, pelos relevantes serviços prestados a Pernambuco, em 30 de janeiro de 1967.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando revisão do Senado, autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 1968

(Nº 3914-B-63, NA ORIGEM)

Autoriza a reversão de uma área de terra na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal da mesma localidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E o Poder Executivo autorizado a fazer reverter, através do Ministério dos Transportes, ao patrimônio do Município de Santa Cruz

do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, uma fração de terras, com a área de 27.445,77m², situada na cidade de Santa Cruz do Sul, e que confronta: ao Norte com a rua Júlio de Castilhos, com 100,30 metros; ao Sul com a rua Fernando Abott, com 99,50 metros; a Leste com a rua Ernesto Alves, com 288,55 metros; e a Oeste, divisando várias propriedades particulares, com 288,50 metros.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 1968

(Nº 310-B-67, NA ORIGEM)

Revigora por 30 (trinta) dias, dispositivo do Decreto-lei número 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revigorada por 30 (trinta) dias a vigência do parágrafo único do artigo 1º do Decreto-lei número 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, Legislação Social e Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 1968

(Nº 775-B-67, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Comunicações, o crédito especial de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos) destinado a despesas de custeio com a instalação e manutenção das Delegacias Regionais do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), no exercício de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Comunicações, em favor do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), o crédito especial de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), a ser aplicado, exclusivamente, em despesas de custeio com a instalação e manutenção das Delegacias Regionais do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), no exercício de 1967.

Art. 2º O produto da arrecadação, até o momento realizada, do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

será recolhido ao Tesouro Nacional e contabilizado.

Parágrafo único. As despesas com a abertura do presente crédito serão atendidas através do recolhimento feitos nos termos deste artigo.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a Mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E' lida a seguinte:

Exmo. Sr. Senador Auro Moura Andrade.

D.D. Presidente do Senado Federal. Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que, expirando o prazo de minha licença, assumo, nesta data, as funções de Senador pelo Estado do Amazonas.

Sirvo-me da oportunidade para saudar a V. Exa. com os meus protestos de alta estima e consideração.

Brasília, 23 de janeiro de 1968. — Senador Alvaro Maia.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Mesa fica ciente e assim volta a assumir as suas funções de Senador pelo Estado do Amazonas, o Sr. Alvaro Maia.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — No Expediente do dia 17 do corrente mês constou um Aviso do Sr. Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, em resposta ao Requerimento de Informações número 894-67, de autoria do Sr. Senador Lino de Matos. Trata-se, porém, de solicitação de prorrogação do prazo para resposta do referido Requerimento, por trinta dias. Se não houver manifestação em contrário, esta Presidência comunicará ao Ministro o deferimento de seu pedido. (Pausa).

Está deferido.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. Primeiro Secretário irá proceder à leitura de Projeto de lei.

E' lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 1968

Dispõe sobre a aposentadoria de funcionários integrantes da Carreira de Enfermeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O funcionário integrante da carreira de Enfermeiro, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do artigo 100 da Constituição, será aposentado:

I — Compulsoriamente aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

II — Com vencimentos integrais, se contar 25 (vinte e cinco) anos de serviço;

§ 1º O disposto neste artigo aplicar-se-á àquele que tiver pelo menos 15 (quinze) anos de serviço público no exercício da profissão de enfermeiro.

§ 2º Se o funcionário atingir o limite de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, antes de decorridos os 15 (quinze) anos a que se refere o parágrafo anterior, poderá permanecer em exercício até completá-los.

§ 3º O provento da aposentadoria de que trata esta lei será proporcional ao tempo de serviço, calculado na razão de um vinte e cinco avos, sobre o vencimento da atividade.

Art. 2º Os beneficiários desta Lei serão extensivos aos atuais funcioná-

A Companhia Paulista, transportando pessoas e mercadorias, abrindo caminho para o progresso, constituiu sempre um orgulho para São Paulo. Os homens que a dirigiram no passado com o descortínio de um conselheiro Antônio Prado, os homens que a dirigiram no decorso

do tempo, os operários que moveram locomotivas, que orientaram o tráfego, transformaram a Paulista num verdadeiro patrimônio de São Paulo.

Doravante, esse patrimônio moral, histórico e econômico passa às mãos rigorosas de um governo que pretende, em conjunto com os técnicos, os operários, desde os mais humildes até os mais categorizados, realizar em termos definitivos a sua função veiculadora de riquezas e de homens". (O Estado de São Paulo — 2.6.61).

O Sr. Aloysio de Carvalho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com muito prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — V. Exa. que declarou, por ocasião da apreciação dessa decisão governamental, que a Paulista era o orgulho de São Paulo, poderia ter acrescentado que era um orgulho do Brasil, porque os brasileiros de outros Estados tiveram sempre as vistas voltadas para essa estrada que realizava, dentro do país, um admirável serviço pelo progresso de São Paulo e do Brasil, entregue a mãos particulares capazes e honestas.

O SR. CARVALHO PINTO — Agradeço a oportuna intervenção e o expressivo testemunho de V. Exa. (Lendo):

Nesse ponto, Senhor Presidente, ao comemorar acontecimentos que me propiciaram profunda identificação com os anseios e os servidores daquela empresa, permito-me assinalar a curiosa coincidência de ter ido buscar para dirigi-la — a exemplo do ocorrido em sua fase inicial — outro filho de Pernambuco, o atual Senador José Ermirio de Moraes, cuja presidência ficou indelévelmente marcada por comprovada eficiência e elevado espírito público.

Homenagens

Hoje, depois de haver enfrentado as vicissitudes que marcarão a nossa história nestes últimos anos — com reflexos de particular delicadeza na vida econômica e política de São Paulo — caminha a empresa, com indefectível colaboração de seus servidores e sob o comando da diretoria digna e competente, integrada pelos Senhores João Soares Amaral Neto, Valfrido Carvalho, Alfredo Azevedo Marques, Carlos Mariani e Domingos Luz Faria, para a progressiva normalização econômica, a necessária atualização instrumental e a esperada intensificação de suas atividades, ao longo dos 1.530 quilômetros de linhas com que serve a economia do país.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com prazer.

O Sr. José Ermirio — Já que V. Exa. citou o meu nome, quero declarar ao Plenário desta Casa que ninguém pôde fazer milagre se não tem o auxílio de um bom Governador. E V. Exa. foi um bom Governador. No seu Governo, levamos a Paulista até Panorama, e lá encontramos o Governador Corrêa da Costa, hoje Senador por Mato Grosso. Foi no Governo de V. Exa. que mantivemos o horário da Paulista, de tal sorte que quando um de seus trens passava se acertavam os relógios. Portanto, é uma glória poder lutar ao lado de homens que sabe dirigir um Estado e cumprir o seu dever. Agradeço a V. Exa. pela magnífica oportunidade que me deu de poder auxiliar no início da nova era da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

O Sr. Fernando Corrêa — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. CARVALHO PINTO — Com satisfação.

O Sr. Fernando Corrêa — O nobre Senador José Ermirio relembrou que quando éramos Governadores, eu em Mato Grosso e V. Exa. em São Paulo, nos encontramos para inaugurar a extensão dos trilhos da Paulista até as barrancas do caudaloso Paraná. Quero, repetir, aqui no Senado, as palavras que disse a V. Exa., naquela ocasião, num discurso proferido justamente nas margens do caudaloso rio: no passado, o paulista, o audacioso paulista, o homem paulista atravessou as barrancas do rio, embrenhou-se através do rio Pardo, cruzou o varadouro de Camapuã, subiu os rios Paraguai e Cuiabá, foi atrás do nosso ouro e carregou grande parte ou quase todo o ouro de aluvião para a Coroa. Agora eu via, com olhos tristes, que a única das quatro estradas que chegaram até as barrancas do Paraná, a única que atravessou o rio, indo a Corumbá e depois, através da Brasil-Bolívia, até Santa Cruz de la Sierra, a única foi a Noroeste do Brasil, estrada federal. As três estradas paulistas — Araraquarense, Paulista, Sorocabana — morreram nas margens do rio Paraná. O apelo que então fiz a V. Exa. quero fazê-lo ao Governo de São Paulo, através do eminente Senador, para que São Paulo se lembre do passado, mas veja — sobretudo — o presente e o futuro que há em Mato Grosso que é um desdobramento da riqueza paulista.

O SR. CARVALHO PINTO — Agradeço as palavras com que os eminentes colegas acabam de me honrar. Reafirmo, neste instante, traduzindo o pensamento da população do meu Estado, o sentido de profunda brasilidade que inspira as realizações oficiais de São Paulo. Dentro dessa orientação, em harmonia com aspirações aqui manifestadas pelo Senhor Senador Fernando Corrêa, não tenho dúvidas de que, nos limites das possibilidades financeiras, econômicas e técnicas que hoje condicionam a expansão ferroviária em todo o país, São Paulo não poupará qualquer esforço para a integração econômica do país.

(Lendo):

No instante do transcurso, pois, do contrário de sua profícua existência, desejo render as homenagens da minha permanente admiração à veneranda empresa e à laboriosa família ferroviária que, com tanto amor a sustenta, engrandece e dignifica, honrando as tradições de que é depositário, na sua faina construtiva, em prol do desenvolvimento nacional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem — Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Em virtude da precariedade do sistema elétrico, vamos suspender a sessão por alguns minutos até que o mesmo se normalize.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 10 minutos e reaberta às 15 horas e 15 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Está reaberta a sessão. Com a palavra o Sr. Senador Josaphat Marinho. (Pausa).

V. Exa. não está presente.

Com a palavra o Sr. Lino de Mattos. (Pausa).

S. Exa. não está presente.

Com a palavra o Sr. Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, conforme a justificativa que apresentamos à nossa proposição que dispõe sobre a aposentadoria de funcionários integrantes da carreira de enfermeiro, e pedimos que o mesmo projeto seja aprovado por esta Casa,

de vez que vai corrigir uma injustiça e aplicar no plano federal uma preceituação já existente em muitas legislações de diversos Estados da Federação.

E' a seguinte, Sr. Presidente, na íntegra, a proposição:

(Lê):

PROJETO DO SENADO Nº

Dispõe sobre a aposentadoria de funcionários integrantes da Carreira de Enfermeiro.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Os funcionários integrantes da carreira de Enfermeiro, tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do artigo 100 da Constituição, será aposentado:

I — Compulsoriamente, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade;

II — Com vencimentos integrais, se contar 25 (vinte e cinco) anos de serviço;

§ 1º O disposto neste artigo aplicar-se-á àquele que tiver pelo menos 15 (quinze) anos de serviço público no exercício da profissão de enfermagem.

§ 2º Se o funcionário atingir o limite de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, antes de decorridos os 15 (quinze) anos a que se refere o parágrafo anterior, poderá permanecer em exercício até completá-los.

§ 3º O provento da aposentadoria de que trata esta Lei será proporcional ao tempo de serviço calculado na razão de um vinte e cinco avos, sobre o vencimento da atividade.

Art. 2º Os benefícios desta lei serão extensivos aos atuais funcionários civis e militares da União, diplomados ou não, integrantes das carreiras de Enfermeiro ou Auxiliar de Enfermagem, desde que preencham as condições do artigo anterior e cuja atividade não seja exercida em caráter meramente burocrático.

Art. 3º As disposições desta Lei aplicam-se aos Enfermeiros e Auxiliares de Enfermagem, contribuintes e servidores do INPS, de Fundações e Órgãos de Economia Mista;

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto tem o sentido de fixar, em lei, regime especial de aposentadoria para os funcionários integrantes da Carreira de Enfermeiro e Auxiliar de Enfermagem, dando, assim, integral aplicação ao disposto no parágrafo 2º do artigo 100 da Constituição, verbis:

"Atendendo à natureza especial do serviço, a Lei Federal poderá reduzir os limites de idade e de tempo de serviço, nunca inferiores a sessenta e cinco anos e vinte e cinco anos, respectivamente, com as vantagens do inciso II, do artigo 100".

A proposição de um regime especial de aposentadoria para os funcionários enfermeiros ou auxiliares de enfermagem, conforme preceitua o projeto, tem sua razão de ser na própria natureza do serviço que prestam tais funcionários, cuja atividade profissional apresenta características especiais, de vida ou saúde, vigília e até de conforto ou estafa, acarretando o desgaste de energia, presumidamente precoce. No setor hospitalar, essencialmente, cabe a fluída classificação, o mais laborioso trabalho,

uma vez que o atendimento médico, o zelo consciente, a vigilância constante, são imperativos, indispensáveis ao paciente.

Este contacto direto e contínuo exige, como premissas, além de outras qualificações, indispensáveis ao eficiente desempenho da profissão, Saúde e Juventude, pois ficam estes profissionais mais expostos ao contágio, ao perigo, à participação no sofrimento alheio, à preocupação de bem cuidar, sem desfalhecimento, e, às vezes, com sacrifício da própria integridade física, por pacientes acometidos de todos os males e perante os quais têm de se mostrar eficientes, dedicados, coerentes, serenos e corteses.

E' tarefa de imensurável sacrifício, pois, os desgastes sucessivos, provenientes de esforços físicos e impactos emocionais podem acarretar desde a invalidez até a perda da própria vida.

Para estes profissionais não há calendários: trabalham aos domingos, feriados, à tarde, à noite, com intempéries ou não, em calamidades públicas ou não, em crises políticas ou não, dobrando serviços, desde que necessário. Ele não se pertence, nem tampouco aos seus, e sim, ao próximo.

Diante do exposto, observa-se que o êxodo da profissão em apreço é iminente, uma vez que a sua missão é árdua, repleta de imprevisíveis emoções e de grande responsabilidade.

Assim, o projeto visa a corrigir essa injusta situação dando a esses servidores a situação que mereçam.

Aliás, convém acentuar que a proposição não constitui inovação de vez que, como dissemos, esta disposição já se aplica a inúmeros enfermeiros funcionários estaduais e encontra precedentes na legislação estadual, na legislação comparada. (Muito bem.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petrônio Portela
Paulo Sarasate
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Manoel Villaga
José Leite
Josaphat Marinho
Paulo Torres
Vasconcelos Torres
Filinto Müller
Mello Braga
Guido Mondim
Daniel Krieger

(Edmundo Levi) — Sobre a M. s. projeto de lei que vai ser lido.

E lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 1968

Estende aos dependentes do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo art. 5º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Art. 1º O valor da conta vinculada do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e que vier a faltar, será pago pelo Banco depositário, em quotas iguais, aos respectivos dependentes habilitados perante o Instituto Nacional de Previdência Social.

§ 1º O pagamento será feito com a comunicação do Instituto Nacional de Previdência Social, que mendo-

nará a data do óbito, os nomes dos dependentes habilitados e, quando houver menores, a data do nascimento de cada um deles.

§ 2º Ficará retida, à disposição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, vencendo juros, à taxa vigente na data do falecimento do empregado com a correção monetária, a quota atribuída a dependente menor, até que complete dez anos, salvo autorização judicial para o respectivo levantamento.

§ 3º Decorridos dois anos do falecimento do empregado, e não havendo dependentes habilitados, o montante da conta vinculada reverterá a favor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na forma do disposto no parágrafo único do art. 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, e das normas consequentes.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

1 — A Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, estabeleceu, em seu art. 2º:

“Para os fins previstos nesta Lei, todas as empresas sujeitas à Consolidação das Leis do Trabalho ficam obrigadas a depositar até o dia 20 (vinte) de cada mês, em conta bancária vinculada, importância correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga no mês anterior a cada empregado, optante ou não, excluídas as parcelas não mencionadas nos arts. 457 e 458 da CLT”.

O parágrafo único desse artigo esclarece e discrimina:

“As contas bancárias vinculadas a que se refere este artigo, serão abertas em estabelecimento bancário escolhido pelo empregador, dentre os para tanto autorizados pelo Banco Central da República do Brasil, em nome do empregado que houver optado pelo regime desta lei, ou em nome da empresa, mas em conta individualizada, com relação ao empregado não optante”.

Assim, a Lei, expressamente:

a) tornou obrigatória a abertura da conta vinculada com referência a todo empregado, “optante ou não”;
b) prescreveu que a conta será “em nome do empregado que houver optado” pelo novo regime, “ou em nome da empresa, mas em conta individualizada, com relação ao empregado não optante”.

2 — Ao regular, porém, a transferência da conta vinculada para os dependentes, por morte do empregado, a lei cuida apenas da situação do empregado optante. E que só se refere à conta vinculada “em seu nome”. Preceitua, com efeito, o art. 3º:

“Falecendo o empregado a conta vinculada em seu nome será transferida para seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, e entre eles aquela segundo o critério adotado para concessão de pensões por morte”.

Demais, ao tratar da “extinção do contrato de trabalho do empregado não optante”, em seu art. 18, a Lei alude à “indenização por tempo de serviço” e à dispensa “com” e “sem justa causa”, mas não faz qualquer referência à cessação do vínculo por morte.

Não está, pois, assegurada aos dependentes a transferência da conta

vinculada por morte do empregado não optante.

3 — A indenização por morte, entretanto, é uma forma de participação social que nada justifica benefício apenas os empregados optantes, ou seus dependentes. Se a própria lei obriga a abertura de “conta individualizada, com relação ao empregado não optante”, embora “em nome da empresa”, necessariamente reconhece que não pode distingui-lo, para efeito dos benefícios gerais ou específicos, do empregado optante, não sendo lícita, em consequência, discriminação quanto aos dependentes. Demais, o princípio de igualdade perante a lei, inscrito no art. 153, § 1º, da Constituição Federal, impede a discriminação injusta e odiosa.

Ao relatar na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto da Lei nº 50 de 1963, de autoria do nobre Senador Aarão Steinbruch, instituindo a indenização por morte acentuamos que “a medida tem caráter de previdência e assistência, análoga a um seguro”. Por isso mesmo, admitida, hoje, por morte do empregado, a transferência da conta vinculada para seus dependentes, é injustificável distinguir entre beneficiários do empregado optante e do não optante. A natureza da conta e do rompimento do vínculo contratual obriga a um mesmo tratamento dos dependentes.

4 — O projeto ora apresentado visa, precisamente, a assegurar essa igualdade de tratamento. Estende a garantia da transferência da conta vinculada aos dependentes do empregado não optante, mantendo a orientação adotada pela Lei nº 5.107, de 1966, para a hipótese idêntica relativa aos beneficiários do empregado optante.

A proposição enfim, consagra o princípio de justiça social de dar solução igual a situações equivalentes. Sala das Sessões, 23 de janeiro de 1968. — *José Luiz Marinho.*

As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Passa-se à OREDEM DO DIA

Item 1:

Votação do Requerimento nº 20, de 1968, de autoria do Senhor Senador Aarão Steinbruch, solicitando urgência, nos termos do art. 326, letra 5-c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 123-67, que concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com Ralos X ou substâncias radioativas, a aposentadoria facultativa a partir dos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade. Em votação o Requerimento.

O SR. EUNICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EUNICO REZENDE:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, apenas para declarar duas coisas: primeiro, em nome da Liderança, esta proposição é o fizemos exclusivamente para que a matéria tenha seu desate, com relação à urgência, mas a nossa intenção no requerimento não representa compromisso algum quanto ao mérito da matéria, a respeito do qual a palavra da Maioria será manifestada oportunamente.

O SR. AARAO STEINBRUCH:

S. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. AARAO STEINBRUCH:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, não temos a menor dúvida de que, quanto ao mérito, a Maioria após estudar o assunto lhe dará o seu apoio. A matéria é originária da Câmara dos Deputados, onde recebeu pareceres favoráveis unânimes de todas as Comissões técnicas, tendo sido, também, aprovada pelo Plenário por unanimidade.

Trata-se de regulamentação do inciso constitucional que permite sejam regulamentados dispositivos através de projeto apresentado naquela Casa do Congresso determinando aposentadoria para aqueles servidores públicos da União que estão em contato permanente com substâncias radioativas.

Conforme acentuávamos, a proposição visa a conceder aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com Ralos X ou com substâncias radioativas, as benefícios da aposentadoria, que a Constituição assegura, aos 25 anos de serviço ou 65 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Em votação o Requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Esta aprovado.

Em consequência, a matéria será submetida a plenário na quarta sessão ordinária que se seguir a esta.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 2:

Votação do Requerimento nº 21, de 1968, de autoria do Senhor Senador Aurélio Viana, solicitando urgência, nos termos do art. 326, letra 5-c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 123-67, que determina que os novos níveis de salário-mínimo não acarretem reajuste dos aluguéis, na locação de prédios residenciais. Em votação o Requerimento.

O SR. EUNICO REZENDE:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EUNICO REZENDE:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, na mesma linha de manifestação quanto ao requerimento anterior, queremos dizer que, inobstante haveremos assinado o requerimento sobre aluguéis, o fizemos apenas para facilitar a tramitação da matéria em tema de economia de tempo, mas nossa intenção no requerimento não significa compromisso de aprovação do projeto. Este será estudado e, com base nas informações e subsídios que estamos colhendo, só então, na devida oportunidade, falaremos a respeito do mérito. (Muito bem.)

O SR. AARAO STEINBRUCH:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o Sr. Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARAO STEINBRUCH:

(Para encaminhar a votação — Sem revisto do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, fomos, também, autores do requerimento de solicitação de urgência para o Projeto da Câmara que determina que os novos níveis de salário-mínimo não acarretem reajuste dos aluguéis, na locação de prédios residenciais.

Tenho certeza de que o Senado Federal acompanhará o voto unânime da Câmara, aprovando a proposição, pois se sobrevier, como se espera, o novo nível de salário-mínimo, em março, e se a ele estiver conectado aumento de aluguel, esse aumento de salário-mínimo certamente não beneficiará aos trabalhadores, mesmo que seja esse aumento superior a 30%, porque a elevação do aluguel concedido aos operários.

Acentuarei, em discurso, que essa conexão de aumento dos aluguéis em decorrência da elevação do salário-mínimo prejudicaria enormemente aos trabalhadores autônomos que recebem pouco mais do que o salário-mínimo, de vez que, não percebendo salário-mínimo, não sendo, por consequência, beneficiados com este novo aumento, não também obrigados a pagar novo aluguel.

Porque esta proposição, que se encontra nesta Casa desde 1966, quando submetida a voto, deverá obter a aprovação do Senado, e que esperamos, por ser de inteira justiça. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em consequência, a matéria de que trata o requerimento será submetida à apreciação do Plenário na quarta sessão ordinária que se seguir a presente.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 125, de 1967, de autoria da Comissão Política, que altera o art. 245 da Resolução nº 6, de 1960, acrescentando-lhe o item IV.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem pegue a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora, para a redação final.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 105, DE 1967

Altera o art. 245 da Resolução número 6, de 1960, acrescentando-lhe o item IV.

Art. 1º O art. 245 da Resolução nº 6, de 1960, fica alterado ao seguinte item:

“Art. 245.

IV — O tempo de serviço prestado como contratante ou sob qualquer outra forma de admissão, desde que remunerado pelos cofres públicos”.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Item 4:
Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Laura Bandeira Accioli, Taquígrafa-Revisora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora, para a redação final.

E o seguinte o projeto aprovado

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 1, DE 1968**

Da Comissão Diretora

Aposentada Laura Bandeira Accioli, Taquígrafa-Revisora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentada, de acordo com o § 1º do art. 177 da Constituição Federal, combinado com os arts. 345 e 346, item II, da Resolução nº 6, de 1960 a Taquígrafa-Revisora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Laura Bandeira Accioli.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia. Não há oradores inscritos.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, chega-me da Bahia a notícia do falecimento, no sábado, do Professor Isaias Alves de Almeida, que como Secretário de Educação da Interventoria Landulfo Alves foi o fundador da Faculdade de Filosofia e Letras, que, depois, integrou a Universidade da Bahia.

Isaias Alves, durante muito tempo, desempenhou a função de Membro do Conselho Nacional de Educação.

Seus trabalhos sobre a Educação são de real merecimento e até com feição de pioneirismo, que não podemos ocultar neste momento de seu desaparecimento. Foi um dos primeiros homens, neste País, que se devotaram ao estudo dos testes escolares. Acerca dessa importantíssima matéria escreveu vários trabalhos de grande valia. Suas atenções voltaram-se, também, para a Psicologia da criança, sobretudo para a linguagem infantil, sobre o que recolheu observações dentro do seu lar, com os próprios filhos, quando criança e que dariam para uma obra alentada, infelizmente ainda inédita. Sua atuação no setor educacional da Bahia se fez desde estudante da Faculdade de Direito daquele Estado, quando, então, já lecionava a Cadeira de História do Brasil. Sua vocação se afirmou, logo depois de diplomado, ao se tornar Diretor e, em seguida, proprietário de um estabelecimento de ensino particular, o Ginásio Ipiranga, onde então o encontrei. Meu professor de história do Brasil, com a idade de vinte e poucos anos, deixou em todos os seus alunos uma lembrança inesquecível, qual a de um homem que ensinava a história do nosso País desprendido dos preconceitos do ufanismo, expondo, com objetividade, com franqueza às vezes áspera e com um notável

senso de nacionalismo os problemas da riqueza e do desenvolvimento do Brasil.

Disse sempre, e quero aqui repetir no instante em que lhe presto esta homenagem da minha veneração e da minha saudade, disse sempre que nos ensinou a história do Brasil descobrindo-nos o Brasil!

Sua obra literária — membro que foi da Academia de Letras da Bahia também se afirmou por alguns notáveis, como o que dedicou à Presença de Beatriz na Obra de Dante, o ensaio em que nos definiu com admirável precisão. "A votação pedagógica de Rui Barbosa" e, por último, o livro que dedicou à Zona do Açúcar onde teve nascimento, intitulado "As Matas do Sertão Baixo", onde a sua genealogia avulta em traços inconfundíveis, através do trabalho anônimo do trabalho obscuro, do trabalho heróico de quantos constituiram, naquela região o desdobramento do tronco de que ele foi um dos ramos mais brilhantes.

Quero consignado nos Anais do Senado o registro de seu desaparecimento aos 80 anos incompletos...

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Pois não.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exª praticamente traçou o perfil da vida e da obra do Professor Isaias Alves de Almeida. Não fui seu aluno já o conheci em plena maturidade, quer como professor, quer como homem público. Numa como noutra dessas atividades era, por seu temperamento, por sua individualidade, uma figura polêmica, que a seu redor despertava polêmica. Curioso é que, afinal, esse homem que, por vezes até quando interpretava a história, como V. Exª acaba de assinalar, o fazia com aspereza, acabou recebendo a simpatia, o apreço de toda a Bahia, acima de quaisquer divergências ideológicas ou políticas. Assinalo apenas essa particularidade, sem nada mais precisar aditar a tudo quanto, com tanta precisão, V. Exª acaba de dizer, com justiça e saudade, do Professor Isaias Alves de Almeida.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Sr. Presidente, aparte com que me distingue o meu prezado patriota, o nobre Senador Josaphat Marinho, traz ao perfil de Isaias Alves uma nota que nas minhas palavras havia faltado — a de um homem afirmativo em todos os setores onde desenvolveu a sua atividade. É possível, por exemplo, que muitos dos seus alunos houvessem discordado de certa disciplina rígida que ele impunha ao seu colégio, uma disciplina, todavia, no sentido de distinguir os bons alunos e deles formar uma mentalidade de cidadania.

Na atividade política, a sua presença na "Ação Integralista" foi discutida e combatida. Compreendi, entretanto, sua atuação naquele movimento, porque conhecia as suas idéias nacionalistas desde professor de história do Brasil no Colégio Ipiranga.

Sua personalidade afirmativa serviu, portanto, como disse muito bem o Senador Josaphat Marinho, para erguer, muitas vezes, em torno da sua figura, a polêmica e o debate. Mas, junto ao seu túmulo, Sr. Presidente, todos nós, baianos, nos curvamos respeitosamente, reconhecendo nele um dos valores da nossa terra. *Muito bem!*

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — A Mesa manifesta, por meu intermédio, sua solidariedade às palavras de pesar expressas pelo Senador Aloysio de Carvalho, por motivo do falecimento do Professor Isaias Alves de Almeida. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Com a palavra o Sr. Senador Mário Martins.

O SR. MARIO MARTINS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, era minha intenção, após regressar da delegação que me foi conferida, juntamente com dois eminentes colegas, para representar o Senado na Assembleia Geral das Nações Unidas, so ocupar a tribuna na ocasião em que tivesse de lhe dar do meu trabalho nessa missão com que me honrou o Senado.

Hoje, os Senadores Mem de Sá, Manoel Villaca e seu estivessem estudando a maneira pela qual nos desincumbiríamos perante a Casa dessa missão que nos foi conferida. Nestas condições, o Senador Mem de Sá, que será o relator da matéria, está elaborando o trabalho, ao qual, naturalmente, apresentaremos as nossas sugestões; mas acredito que seja de tal forma completo que pouco teremos de fazer no mesmo.

Considero-me pois, liberto para tratar de outros assuntos que não ligados à missão externa que nos foi atribuída pelo Senado.

Sr. Presidente, chegando a esta Casa, como jornalista, tive oportunidade de ver trabalho por um dos órgãos do Senado. Dificilmente eu poderia admitir que se pudesse fazer uma resenha diária tão bem feita, sob o ponto de vista jornalístico. Trata-se da Resenha jornalística que, diariamente, pela manhã, os Srs. Senadores estão recebendo em suas residências, dando a possibilidade a cada um de selecionar o que ocorre no País e no mundo, para atuar durante as próximas horas no Senado Federal.

Por várias vezes na vida da imprensa houve tentativas desse gênero, de se fazer um estudo, uma resenha dos fatos do dia, de todos os jornais, mas, fosse por deficiência dos meios naquela ocasião, fosse por falta de disponibilidade material e até profissional para tal tarefa, a verdade é que, durante vinte anos, muita gente tentou fazer uma coisa dessa ordem e somente agora, pela primeira vez, eu a vejo, bem feita, atualmente, como é a Resenha Jornalística do Senado, feita por um grupo de jornalista da Casa, ao que me parece dirigido pelo jornalista Flávio Mendes.

Recordo-me: estava no hotel, quando recebi pela primeira vez essa Resenha. Passei os olhos por ela, certo de que estava lendo o que havia sido elaborado na véspera, pois eram as primeiras horas da manhã. Já dava, entretanto, o que tinha acontecido no mundo inteiro, a opinião de todos os jornais do Brasil, as manchetes de cada jornal do Rio de Janeiro, os principais telegramas, e fiz a leitura convencido de que estava lendo matéria requentada de 24 horas, matéria de jornal da véspera. Mas depois de ler, já às dez horas, quando chegaram os jornais do Rio de Janeiro é que tive a impressão de que havia tido a precência dos acontecimentos, porque tudo quanto relatavam eu já sabia, e sabia através da Resenha compilada pelo Serviço de Radiodifusão do Senado que me havia sido enviada, ao quarto do hotel, às primeiras horas da manhã.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Com prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Quero juntar meus aplausos aos de V. Exª pelos novos trabalhos que o Senado instituiu, criando para nós, em Brasília, onde na realidade as dificuldades de comunicação são grandes, sobretudo para os Senadores que aqui residem, que aqui permanecem, um meio de tomarmos conhecimento do que está ocorrendo no mundo e no Brasil. O Serviço de Radiodifusão do Senado, chefiado pelo jornalista Fábio Mendes e sua equipe magnífica merece os aplausos que V. Exª, com tanta propriedade e justiça, lhes dirige neste momento.

O SR. MARIO MARTINS — Muito grato ao aparte de V. Exª, bastante

autorizado para dar mais realce às minhas palavras.

Estou analisando o assunto, não só como Senador mas como profissional de imprensa. Desde cerca de vinte anos vários órgãos da imprensa tentaram fazer coisa aproximada. Mas, a verdade, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que hoje um Senador em Brasília, em sua casa, está melhor informado dos acontecimentos do que no próprio Rio de Janeiro, sem ter mesmo que ligar o rádio ou a televisão.

Por isso, tomei a liberdade de dirigir estas palavras para me congratular com a Mesa e com os funcionários deste serviço.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exª um aparte? (Assentimento do orador) — Tão logo circuleu o primeiro número desta síntese jornalística tive oportunidade de endereçar uma carta ao jornalista Fábio Mendes, responsável pelos serviços de radiodifusão, assinalando a sua iniciativa e louvando o seu trabalho que, obviamente, não é só seu mas de uma brilhante equipe de servidores do Senado Federal. Agora, então, me associo ao seu justo elogio, que não é apenas um econômico, serve também de estímulo e incentivo que esta tarefa prossegue e se aperfeiçoa cada vez mais. Devo assinalar que, invariavelmente, às oito horas e trinta minutos, recebo, em meu apartamento, esta súplica. Tem sido um trabalho tão louvado que é muito comum vizinhos meus me solicitarem por empréstimo para tomar conhecimento em primeira mão, em Brasília, das principais notícias estampadas no jornalismo carioca.

O SR. MARIO MARTINS — Fico muito grato às palavras de V. Exª. Para concluir, apenas gostaria de acrescentar que, antes de ocupar este microfone, como tive oportunidade, na minha vida profissional, de dirigir órgão de imprensa, procurei ver se realmente esta resenha era feita com aquela proficiência profissional, capaz de selecionar os assuntos mais importantes. Assim é que, durante três dias, fiz esse confronto. Verifiquei que hoje um Senador, estando em Brasília, às primeiras horas da manhã está em condições de saber o que ocorreu de mais importante no mundo e no País, e com as fontes, consequentemente com a possibilidade de mandar buscar, daí a duas horas, um noticiário mais amplo sobre aquilo que merece sua atenção especial.

De modo que, mais uma vez, louvo o trabalho, em que congratulo com a Mesa que emprestou seu apoio a tão importante iniciativa. *(Muito bem! Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Não há mais oradores inscritos.

(Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando, antes, para a de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 24 de janeiro de 1968.

(Quarta-feira)

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1967 (nº 707-B-67, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que altera o art. 1º da Lei nº 3.378, de 2.4.58, que eleva para Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) a ajuda financeira concedida às Missões Salesianas do Amazonas — Prelazia do Rio Negro e dá outras providências, tendo Parecer Favorável, sob nº 2, de 1968, da Comissão de Finanças.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 293, de 1965 (nº 1.247-B-63, na Casa de origem),

que altera a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores, tendo Pareceres, sob ns. 188, 189, 190 e 191, de 1967, das Comissões:

- de Relações Exteriores, favorável, com o substitutivo que oferece;
- de Constituição e Justiça, pela rejeição do projeto e do substitutivo da Comissão de Relações Exteriores;
- de Serviço Público Civil, pela rejeição;
- de Finanças, pelo arquivamento.

3

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 996, de 1967, do Senhor Senador Josaphat Marinho solicitando ao Poder Executivo — Ministério da Fazenda — informações sobre o preço mínimo estabelecido para o cacau em recente reunião dos países produtores e consumidores e outras informações a respeito, tendo Parecer Favorável, sob nº 943, da Comissão de Economia.

4

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 997, de 1967, da autoria do Sr. Senador Adolpho Franco, solicitando ao Poder Executivo — M. Fazenda — Banco Central — informações sobre montante da receita do Fundo de Estimulo Financeiro ao Produtor Rural-Funfertil, e outra informação a respeito, tendo Parecer Favorável nº 946, de 1967, da Comissão de Economia.

5

CONGRESSO NACIONAL

Calendário dos projetos em tramitação no Congresso Nacional que deverão receber emendas perante a Comissão Mista:

PL-1-38 (CN) — Atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário.

PL-2-65 (CN) — Acrescenta item ao art. 163 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Dias: 24, 25, 26, 27 e 29 de janeiro de 1968.

(Encerra-se a sessão às 16 horas).

Discurso proferido pelo Senhor Senador Petronio Portella, na sessão de 28 de novembro de 1967, que se republica por haver saído com incorreções

O SR. PETRONIO PORTELLA:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O subdesenvolvimento não deve trazer em si, apenas, temos o pretexto para que os donos da verdade anunciem os remédios infalíveis os demagogos apresentem as caminhadas salvas ou dos falsos homens de Estado, impressionados com a miséria e sem capacidade de lutar contra ela, entreguem-se a atos de força, temerosos da perda das posições, que antes de serem fontes de usufruto pessoal, dever ser trincheira de luta, compromisso de trabalho para a solução dos problemas.

Muito tempo se perdeu entre teorias que o interesse criou, para confundir nações e indivíduos, afastando os dados incontestáveis que demonstram, ao lado da existência da miséria, a algemar os povos e indivíduos, a força atuante de sistemas e instituições com que poucos se enriquecem, afogando muitos na subhumanidade, sem escola, sem saúde, sem horizontes. Se uns se conformam, a propaganda alimenta o fatalismo, tranquilizador; se a revolta agita a vida do escravo, dos desgraçados, surge a expedição salvadora, a cruzada sa-

crissanta, em defesa dos valores da civilização, como se o grito de desespero pudesse abalar as estruturas, elas sim, a negação da Justiça.

Muitos que não tem o seu alcance os frutos do desenvolvimento e não sabem como buscá-los, dão gritos, que não são de destruição, são de protestos, são restos de vida na luta contra a iniquidade.

Surgem, então, os aproveitadores, figuras sempre presentes onde a ignorância vive e a autenticidade da luta pela sobrevivência desfigura-se.

E quando as ideologias não têm mais alento para abafar a pungente realidade feita de injustiças e explorações, a fraqueza das instituições minadas pelas contradições, abaladas, caducas, mortas, recebem o auxílio da força que faz mártires, procrastina um processo, mas não mata o que de novo deve nascer, sob as inspirações da Justiça.

A miséria, seja do homem ou da nação, tem quase sempre fundamento na injustiça. E muitos bu cam confundir essa verdade, com a ostentação de um assistencialismo, que frustra o homem, na humildade do agradecimento, mas não o ergue, com instrumentos na mão, para ganhar os frutos que a vida proporciona e concede.

Iste o quadro válido para os indivíduos e nações, ou, simplesmente, para regiões do mesmo país, denunciando, em palavras candentes, por quem tem os títulos para falar em defesa dos valores da civilização cristã: o Santo Padre, o Papa Paulo VI.

Impunha-se que a advertência não proviesse da pálio das polémicas entre grupos manipulados pelo interesse e nascesse, sim, da serenidade insuspeita dos que defendem a dignidade humana e repõem seu ultraje pela miséria.

Esta autoridade e tem a Igreja, em sua luta de 20 séculos, enriquecida pelo martírio de multidões, em exemplos que, por si mesmos, demonstram o sentido, acima de nós, divino, de sua missão evangelizadora.

Pouco importam os evidentes excessos de alguns sacerdotes que, tocados pela violência de quadros terríveis, a brutalizarem lições de homens, a quem a sociedade não dá nada, senão a miséria, entregam-se a pregações, não raro, bem menos virtuosas que a subversão que as inspira. Dizem, muita vez, o que não devem, mas o não dever ser melhor se aplica aos dramas implacáveis do pauperismo.

Por sobre os exageros episódicos de alguns membros da Igreja, se eleva a palavra responsável do Papa, que é a da própria Igreja:

"Hoje ninguém pode ignorar que, em continentes inteiros, são inumeráveis os homens e as mulheres torturados pela fome, inumeráveis as crianças subalimentadas, a ponto de morrer uma grande parte delas em tenra idade e o crescimento físico e o desenvolvimento mental de muitas outras correrem perigo.

Em meio aos interesses que mal se escondem sob o manto protetor da civilização cristã, eis a palavra do Pontífice, a reestabelecer a verdade que está nos próprios caminhos de Cristo.

E Sua Santidade, que não conhece a submissão a grupos que institucionalizaram o lucro, recebe também os ataques tão violentos quanto a ambição dos que desumanizaram o mundo.

O Sr. Gilberto Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PETRONIO PORTELLA — Pois não.

O Sr. Gilberto Marinho — Deixo felicitar a V. Exa. pela magistral oração que está proferindo. Realmente, a Igreja, pela sua milenar experiên-

cia e com a infinita sabedoria que recebe do seu Mestre, tem nítida consciência de que as luzes do bem e do espírito não podem brilhar em sua plenitude, no seio de povos acossados pelas privações e pela miséria.

O SR. PETRONIO PORTELLA — Meu discurso, nobre Senador Gilberto Marinho, já agora se enriquece das palavras de V. Exa., que não são de hoje, mas fazem parte de uma pregação de longa e admirável vida parlamentar.

O Sr. Gilberto Marinho — Obrigado a V. Exa.

O SR. PETRONIO PORTELLA — (Retomando a leitura):

A Populorum Progressum, mensagem de espiritualidade e fé, convida os homens e as nações para o regresso à doutrina de Cristo, abominando o que pode significar escravidão, desde a que resulta dos destroços das guerras, à que se consoma no dia a dia das transações iníquas que os fortes, os poderosos impõem aos que se submetem para sobreviver.

O que é um grito contra o materialismo dos nossos dias foi denominado de "marxismo requentado".

Mas, os diatribes se vão e há de ficar a consciência de que é preciso lutar pelo desenvolvimento de todos, pois, este o único caminho da paz.

A divisão do mundo entre dois polos, alimentada pelas ideologias, vai cedendo à evidência de que falta é a alternativa. Há pobres e ricos.

Há desenvolvidos e subdesenvolvidos, e, estes, conscientes, mobilizam-se na defesa de direitos que já não podem ser negados.

Sentia e sente países, há pouco, na Argélia, mostraram ao mundo a necessidade de que sejam reformulados as relações internacionais, não para que os ricos ditem o que lhes cabe, mas para que não tenham o que é dos outros.

E o que os países reivindicaram na Argélia é o que Paulo VI reclama para que os povos e indivíduos tenham condições de superar o atraso.

Os setenta e sete países não levaram à Conferência o peso de suas vinculações ideológicas a tumultuaram o Plenário, com as conhecidas fórmulas de alienações nacionais; levaram, sim, voltados para realidade, que têm de ser modificadas, o clamor pelo mínimo que necessário para que se tornem justas as relações internacionais, através das quais se tem esvaído o resultado das tantas lutas, de sacrifícios enovados de todos os povos subdesenvolvidos do mundo.

O Brasil, sob o Governo Costa e Silva, marcou sua posição, que não é contra ninguém, mas de intransigente defesa dos interesses nacionais. Não temos por que malizar qualquer país, notadamente os que se nos ligam, por tradição. Nas suas relações conosco, defendem seus interesses.

De nossa parte, sem ressentimentos, mas com altivez, cabe nos colocarmos na posição de defensores do que é nosso.

Não temos por que vacilar entre formas de vida ou de Governo, que já escolhemos o nosso caminho — o da liberdade. Não transacionamos, em troca do ideal de sermos livres.

Mas a liberdade não pode ficar na superfície, dando uma ilusão a esconder a bruta e destruidora realidade, da fome, da doença, do analfabetismo.

Na plena consciência de que urge uma mobilização de homens e povos, que 77 países, aliéis à gravidade em torno dos chamados Grandes, despreocupados com as lutas ideológicas como discursos, filmaram documentos pedindo e reclamando justiça no comércio internacional.

Quanto a nós, não batará o sacrifício de um combate difícil, contra a inflação, se, no âmbito externo,

prevalecerem normas que representem verdades e permanentes, sanções, na economia nacional.

Se ante a desigualdade que separa os países, o Brasil defende os pobres, entre os quais se inclui, é indispensável que, olhando para si, veja a disparidade entre regiões e Estados, a fim de que os desenvolvimento possam prosperar ainda mais, ajudando os marginalizados e os incluindo no intercâmbio de um mercado, verdadeiramente nacional.

Durante muito tempo, o Nordeste foi, necessariamente, fonte de ilustração do subdesenvolvimento brasileiro.

Para lá se deslocaram as atividades dos órgãos de Segurança Nacional, temerosos do trabalho dos agentes subversivos, que tinham em mãos a melhor das matérias-primas para matar, manipulando o desespero, como fermento da guerra revolucionária.

Para corrigir as distorções de uma política que agravava dia a dia a situação, criou-se a SUDENE.

Seria ela o órgão de desenvolvimento harmônico do Nordeste. Partindo de um diagnóstico sócio-econômico da área, supervisionaria e ordenaria todos os investimentos do Governo Federal na região, promovendo o desenvolvimento agrícola e o seu ingresso na área industrial.

Não cabe, nestas ligeiras considerações, o exame das complexidades da SUDENE e as dificuldades que teve de enfrentar, inovando os métodos de ação estatal, a qual haveria de ser precedida de planejamento.

O Centro-Sul iniciara o processo de industrialização após a Primeira Grande Guerra, abrindo perspectivas para a economia, sustentada, primordialmente, pelo café.

O Nordeste, salvo iniciativa isolada de empreitada industrial, viveu ao adquirir, algodão, batata e cana de cana-de-açúcar. A atividade econômica não dava à Região a estabilidade que levava ao progresso, quando atingido pela calamidade da seca, que destruía tudo, inclusive a vida humana baseada na miséria.

E, em caráter permanente, a insegurança manava a economia de resultados alcatório, pois tudo iria depender das chuvas — animais, plantações, trabalho, lutas, vida humana. Surgiram, então, as primeiras providências do Governo Federal, antes, entrasse a expediente de emergência, sem cuidar de uma política de prevenção contra a calamidade.

Construiu-se os primeiros açúes, e surgiu a Impetoria Federal de Obras Contra as Secas, transformada depois, em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Sob a administração federal grandes trabalhos se fizeram no Nordeste, sem um planejamento adequado, capaz de evitar que o homem ficasse à mercê das chuvas. Não se deu importância maior às grandes obras, de obras acumuladas, sendo iniciado o trabalho de irrigação.

Crede de forma assustadora a disparidade entre o Nordeste e o Centro-Sul, que, após a Segunda Guerra, conseguiu seu patamar industrial, em consequência, mobilizou a técnica para o melhor rendimento na agricultura.

A região nordestina multiplicava a densidade demográfica, sem o correspondente aumento do produto bruto. Vale dizer, mais, sem apelo, no desenvolvimento do pauperismo.

O pouco do pouquinho acumulado, num regime desumano de relações de trabalho, ficava em mãos de poucos, a agravar o empobrecimento da maioria, brutalizando condições de homens.

O Nordeste passou a ser assunto das manchetes e com problemas a ameaçarem a Segurança Nacional. Alguns de seus produtos de exporta-

ção sofriam o confisco cambial e eram reservas seguras para a industrialização do País.

A cêa de carnaúba do Piauí foi receita certa, até que a voracidade de grupos internacionais lhe aviltasse o preço, ao ponto de valer, hoje, menos que o produto agrícola, a que faltam o preço mínimo, a segurança do armazenamento, a certeza do transporte e a liberdade de comércio.

O Nordeste, sem ressentimento, contribuía, com seus produtos de exportação a sofrerem o confisco cambial, para a industrialização de parte do País, e cumpria seu destino. A prosperidade do Centro-Sul seria fator condicionante da economia de todo o País, e as poupanças não ficariam presas a fronteiras de Estados, fecundadas pelo progresso.

O crescimento econômico do Sul era, então, duas vezes superior ao do Nordeste, que, fornecedor de matéria-prima, já não tinha como consumir as manufaturas da outra parte da Nação.

Nessa ambiência, sem alternativa, tudo ajudava a aumentar o pauperismo e as frágeis poupanças do Nordeste, concentradas nas mãos de poucos, eram carreadas para onde o progresso dava segurança de rentabilidade. Um elenco de diplomas legais favorecia o parque industrial criando o peso da tributação na economia agro-pastoril.

E era industrial assegurava os meios de revolução a agricultura no Centro-Sul, e esta ameaçava a economia do Nordeste, entregue às práticas obsoletas, sem condições de concorrer.

A intervenção estatal se fez sentir, não para resolver o problema, em termos definitivos, mas visando a evitar o massacre do fraco pelo forte. Não seria possível à economia açucareira do Nordeste ficar de pé, sem proteção do Governo, ante a ação da agro-indústria açucareira do Sul.

O Sr. José Ermírio — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. PETRONIO PORTELLA — Pois não.

O Sr. José Ermírio — O discurso de V. Exa. serve de tema e de direção para os que trabalham pelo bem do Brasil. Nenhuma empresa brasileira — não posso excluir as estrangeiras, muitas delas vêm para o Brasil com favores exagerados — deve pedir à Nação favores porque, uma empresa que não quer pagar impostos, não serve nem para o Estado, nem para o País, nem para quem está montando a empresa. Este o sistema. Desde 1924 dizíamos, em nosso relatório de 1960, que não pedimos favores a governos; pagamos todos os nossos impostos, respeitamos a lei do País e auxiliamos o Governo nas boas causas. Este lema deve ser ditado, escrito em todos os periódicos do Brasil para que entre em toda a região, não só nordestina como a sulina. Assim, a Nação através de trabalho, de dignidade, de patriotismo e de realização conseguirá a respectiva renda necessária a sua sobrevivência, já que os investimentos dos estrangeiros não vêm para o Brasil com menos de 20% ao ano. Nós nos devemos sujeitar a muito menos, para que a Nação cresça se desenvolva, e tome o seu rumo definitivo entre as nações civilizadas.

O SR. PETRONIO PORTELLA — V. Exa. Sr. Senador, em sua atuação parlamentar, simplesmente dá continuação brilhante à trajetória extraordinária do plano privado, particular onde V. Exa é um dos modelos. Precisamos, em verdade, de capitalizar as regiões subdesenvolvidas sem o que não teremos um progresso harmônico e, conseqüentemente, uma Pátria-capaz de assegurar a todos a justiça social.

(Lendo)

Esse o impasse. Esta, a síntese de uma história que determinou, no Go-

vêrno Juscelino Kubitschek, a criação da Comissão do Desenvolvimento do Nordeste — CODENO —, depois Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE.

Nasceu o órgão da necessidade de congregar esforços e recursos, dentro de um planejamento que abrisse horizontes a uma região estrangulada pelo pauperismo.

Seria fastidioso o exame de todos os esforços constantes do Plano-Diretor da SUDENE. Cinto-me, apenas, ao exame do trabalho da SUDENE, sob dois aspectos: do planejamento e da aplicação dos incentivos fiscais.

Se críticas possa merecer a ação do criador da SUDENE, Celso Furtado, há de ressaltar-se a seriedade com que implantou, na SUDENE, e, através dela, no Nordeste, uma mentalidade nova, de crença na técnica e na indispensabilidade do planejamento.

Para tanto, prepararam-se técnicos, às vezes, alheios da realidade ambiente, mas convencidos, até o fanatismo, da missão de mudar o destino do Nordeste.

Erros se praticaram em abundância, mas, por sobre eles, se criou uma consciência e se implantaram estruturas, em todos os Estados, dirigidas ao planejamento.

E' bem certo que os Estados de economia mais desenvolvida contaram com extraordinária assistência técnica e outros ficaram quase marginalizados. Mas todos receberam influxos e despertaram para a luta.

Hoje, no mais longínquo município piauiense, o Prefeito pensa nos problemas e pede a assistência técnica do Conselho de Desenvolvimento do Estado.

O outro aspecto diz respeito aos incentivos enajados pelos artigos 34-18.

Os incentivos fiscais deram repercussão mais profunda à ação da SUDENE. Ao lado dos investimentos de infra-estrutura, a serem feitos pelo Estado, cabia, no plano particular, carrear recursos de fora, e não seria fácil buscá-los sob forma de empréstimos. Os horizontes ficariam limitados e os juros pesariam muito ao parque industrial incipiente.

Era preciso criar novas fórmulas, buscando, nos centros onde as indústrias prosperavam, os meios materiais, num trabalho de intercâmbio solidário, sem sacrifícios maiores para as empresas em ascensão.

E parte do imposto a ser recolhido ao Erário foi encaminhado à Região, ganhando, assim, todos: o Nordeste, ao dispor de recursos indispensáveis ao desenvolvimento. O Capitalista que, ao invés de entregar ao Estado uma percentagem sobre a renda, pôs a parcela à disposição de uma região e a mobiliza esta para ampliar o mercado consumidor de manufaturas. E a União, cumprindo sua missão pioneira, integra, em sua economia, uma região, antes estagnada, e faz multiplicar suas rendas, através dos frutos de novos investimentos.

Os que tentam contestar tal política, que se volta para o Nordeste, não vêem em termos nacionais os problemas econômicos e esquecem que, ontem, os que tinham pouco davam o de que dispunham, sem ressentimentos e sem protestos, para a formação do grande parque industrial do Centro-Sul. Hoje, os que muito têm não estão a dar o que é seu, apenas se fazem partícipes de novos empreendimentos. O que lhes sabia entregar ao Estado, dos lucros auferidos, continua a integrar-lhes o patrimônio, através da participação societária, em novas unidades industriais, implantadas no Nordeste do País.

São recursos que, normalmente, seriam deslocados da órbita particular para o domínio do Estado, que permanecem, como sementes, a multiplicarem os recursos das forças vivas de uma parte da Nação.

Os que contestam a validade dessa política não vêem senão o que, ime-

diatamente, está sob seus domínios e esquecem o maior que receberam, concedido pelo Estado.

O Sr. Ary Cavalcanti — Permite V. Exa. um aparte? (Assentando) O Sr. Celso Furtado, o magnífico que V. Exa. está fazendo nesta tarde, é uma coisa para que os Srs. Senadores não devam interromper, nem mesmo para aplaudir, como nos estamos fazendo e outros colegas já o fizeram. Mas V. Exa. que é um dos jovens líderes da nossa Região acaba de falar num ponto nevrálgico para o nosso desenvolvimento, para o nosso progresso, o que é a SUDENE. Quando digo a V. Exa. que vejo, com certa apreensão, movimentos no sentido de se esvaziarem os benefícios, os incentivos dados através dos arts. 18 e 34, que, mantidos, como devem ser — e para tanto — nós teremos de lutar — levado ao Norte e ao Nordeste — através da SUDENE e da SUDAM — tais melhoramentos que a situação daquela gente miserável será bastante minorada. V. Exa., com este discurso, no fim desta sessão legislativa — porque hoje é um dos últimos dias de nossos trabalhos de 1967 — demonstra o brilho da sua inteligência e sua coragem, sua responsabilidade de homem que já governou o seu Estado — o Piauí. Deve V. Exa. ficar atento, com todos nós, da Bahia ao Acre, a fim de não permitir, de maneira alguma, que os incentivos levados para a SUDENE através dos artigos 18 e 34, sejam esvaziados, o que seria um crime contra a nossa região, ou mesmo modificados. Tem, portanto, V. Exa. os meus aplausos por sua brilhante oração. E pode o nobre colega observar que todos estão atentos à sua palavra. Esperamos que V. Exa. fique dentro desse ponto de vista, lutando para que, como todos nós, sentinelas avançadas não ose modificar a atual situação do Norte e do Nordeste negativamente, porque na verdade, eles precisam é de melhorar. Se nosso povo tiver condições de adquirir essas utilidades, não serão as nossas fábricas que irão bastar ao povo da nossa região. Continuaremos a ser mercado do Centro-Sul, do glorioso São Paulo, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e dos Estados que estão em desenvolvimento, como Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo e Estado do Rio. Se tivermos meios de melhorar as condições de nosso povo, lá permanecerá o velho mercado que sempre compra no Sul do País. Perdê-me V. Exa. pela extensão do aparte.

O SR. PETRONIO PORTELLA — Estou muito honrado com o aparte de V. Exa. E acrescento que o Nordeste não perderá a batalha do desenvolvimento, exatamente porque tem a seu serviço figuras bravas, líderes extraordinários como o preclaro representante da Paraíba.

O Sr. Filinto Muller — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PETRONIO PORTELLA — Com prazer.

O Sr. Filinto Muller — Não queria interromper o discurso de V. Exa. Ouvira as suas palavras com grande atenção, embargado pela exposição que V. Exa. vinha fazendo. Mas, já que V. Exa. foi interrompido, aproveito o ensejo para felicitar V. Exa. pela magnífica exposição que está fazendo de um problema social de maior importância para o Brasil qual seja aquele referente ao Nordeste e a nossa Pátria e a necessidade de não se desviar os incentivos fiscais para, ali já canalizados, a fim de desenvolver regiões já desenvolvidas, em detrimento daqueles que precisam de maior amparo da Nação. Meus cumprimentos, nobre Senador, pela magnífica peça oratória que V. Exa. está pronunciando com elevado patriotismo e rara inteligência.

O SR. PETRONIO PORTELLA — Muito obrigado ao meu nobre líder a quem digo, nesta oportunidade, que minhas deferências pessoais pa-

nam densidade e avultam em favor, com a contribuição daquela que, no momento, tem além do mais uma palavra sempre esclarecida e esbatida para neste plenário.

O Sr. Altino Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PETRONIO PORTELLA — Com muito prazer.

O Sr. Altino Fontana — Nobre Senador, estou ouvindo o discurso de V. Exa. e os apares com que os Srs. Senadores vêm contribuindo para maior desenvolvimento da tese dos incentivos fiscais, como o do Imposto de Renda, para o Norte e o Nordeste. Desejo, com empresário dos Estados do Centro-Sul e do Sul, interpretar o pensamento daquela laboriosa Câmara, sem dúvida nenhuma, e a que contribui com maior parcela do Imposto de Renda para aplicação nos Estados do Norte e do Nordeste.

Acredito. O que nos preocupa e apena que o desenvolvimento não se limite aos centros urbanos mas a todo o interior, porque sabemos que a grande população dessas regiões está assomada pelo interior. Desse modo que não apenas essa contribuição do Sul e do Centro-Sul se destina às indústrias dos centros urbanos, mas principalmente ao desenvolvimento do setor agropecuario, a fim de que possamos ouvir, no futuro, que aqueles incentivos fiscais contribuíram para melhorar o padrão de vida daqueles povos e conseqüentemente consumir os produtos manufaturados das indústrias. Esta é a nossa preocupação. Somente assim teremos um Brasil que se desenvolve simultaneamente em todos os setores, elevando o padrão de vida do povo brasileiro porque, elevando o padrão de vida do povo brasileiro, estaremos, sem dúvida, fortalecendo o regime democrático e fazendo com que este grande país se projete cada vez mais no cenário das nações.

O SR. PETRONIO PORTELLA — Muito me apraz, Sr. Senador Altino Fontana, o aparte de V. Exa. pois se há alguém neste país que possa ser paradigma da livre iniciativa da iniciativa particular, há de ser V. Exa.

Recolhemos o seu aparte e, através dele, temos certeza de que recolhemos também a manifestação de quantos já são patriotas e felizes do Centro-Sul e do Sul do país.

(Lendo)

Há os que, fora do mundo que não seja o do lucro, querem que a alternativa de dedução do imposto se estenda a qualquer iniciativa, em qualquer parte do País.

Esquecem que o destino dos tributos são os cofres públicos, e só motivo de interesse público ensejaria outra destinação para o imposto sobre a renda.

Os parques industriais não se tornam por acaso. São decorrências de uma política de estímulos, proteção e incentivos, ontem voltados para outros Estados, hoje também dirigidos ao sofrido Nordeste. Vale assinalar, ainda, que os equipamentos e maquinários necessários à industrialização da nossa Região são adquiridos no Centro-Sul, o que significa a volta dos recursos às origens.

E amanhã, sob nova realidade econômica, o Nordeste será um mercado de poder aquisitivo, extraordinariamente ampliado. E desse intercâmbio, há de surgir o Brasil desenvolvido.

Existem ainda os que, pretendendo amparar outras regiões pobres, querem a extensão dos incentivos fiscais.

Não somos contra ninguém. Julgamos justo que a União se entregue à boa política de eliminação das disparidades regionais. Mas, entre tantas fórmulas.

Se o Nordeste se levanta, os Srs. Senadores dos artigos 34-18, isso não há de servir de estímulo para destruir, no limiar, uma política que deve interferir a todos os brasileiros.

O que caberia ao Tesouro, e é destinado ao desenvolvimento do Nordeste, nessa região não fica trançado, fechado, pois circula, em todo o país — diretamente, pelas correntes de equipamentos e máquinas, pela movimentação que dele faz o Banco do Brasil, e, indiretamente, pelo pagamento de impostos, pelo aumento da utilização da mão de obra, numa pa-

lavra, pela integração da região na economia nacional.

O que o Governo Costa e Silva defende na palavra do Ministro Albuquerque Lima, é uma política de interesse nacional, que já começa, no plano financeiro, a receber a resposta do Nordeste, através do pagamento do imposto de renda e, em termos políticos, com o clima de confiança e otimismo em que vivemos.

O barril de pólvora foi transformado em campo de experiências fecundas, patenteadas em índices de desenvolvimento incontestáveis. Assim, haverá ambiente para que a justiça social substitua iniqua relações de trabalho.

Há, e haverá ainda mais o de que participar o trabalhador, em termos de lucros.

É, portanto, uma só política. Quando o Governo Federal defende os produtos primários, em aviltamento constante no mercado internacional, enfatizando a importância do café, ou, do lado de 77 países, em Argel, pede a revisão da política de fretes, está a erigir novas fórmulas de convívio e comércio internacionais, em que os ricos não se alimentem e prosperem sempre, à custa do empobrecimento constante dos subdesenvolvidos.

Clê, assim, o nosso Governo em que, por sobre as corporações entregues, apenas, à voracidade dos lucros há valores maiores a que se têm de necessariamente, curvar os governos de todas as Nações ricas.

O assistencialismo, dentro das mesmas fronteiras ou além delas, não satisfaz e nem engana.

Há uma consciência de direitos que corresponde a um dever impostergável de luta, em sua defesa.

Os interesses dos Países desenvolvidos levam ao esquecimento os antagonismos de todos os matizes, em favor de uma frente única de imposição de condições aos fracos, no domínio econômico.

Sem desprezar os valores em que estamos, as tradições que cultuamos, o Brasil defende, no Governo Costa e Silva, o de que necessitamos, para que não seja em vão o esforço de desenvolvimento nacional. Não quer muito, impetra o justo nas relações externas, a fim de que o esforço dos nossos compatriotas não seja para eles a terrificação da pobreza, enquanto se transforma em lucro presente de novos industrializados.

Sómente em ambiente solidário em que o lucro haja, mas não afogue tudo mais, é que poderemos alcançar a paz, pelo desenvolvimento.

A mesma ordem de idéias, no plano nacional.

O Nordeste não quer a esmola que humilha, quer a ajuda que promove o desenvolvimento. Quer receber para restituir depois, à Nação. Quer integrar-se na economia nacional, deixando de ser fator de intranquilidade, para transformar-se em mercado certo de uma economia, harmonicamente desenvolvida.

Deseja a colaboração de uma parte do país que oferecendo melhores condições, teve do todo, da Nação, a precedência para o deflagrar do processo desenvolvimentista.

E o Governo Federal, compreendendo o dever de situar-se no plano que se superpõe ao imediato de grupos, há de colocar-se a serviço da Nação. Eis uma só política coerente e firme.

No âmbito internacional, longe da posição dos alinhamentos que valham como submissão ou subserviência, avulta a defesa dos interesses nacionais, representados por questões comuns a todos os povos subdesenvolvidos.

Assim não estamos a negar a nossa tradição. Queremos, antes, vê-la consolidada, em relações e intercâmbios que não importem em desigualdades e imposições.

Vemos, pois, na afirmação de bases válidas para o comércio internacional e na garantia dos incentivos governamentais, no Nordeste, aspectos de uma mesma orientação, voltada para os interesses do Brasil.

Essa, a política que mobiliza os brasileiros. As teses de sentido, meramente político não sensibilizam nem comovem a opinião pública, quando há um interesse da afirmação nacional, do qual depende o desenvolvimento e, através dele, a paz dos brasileiros.

Mas, as distorções foram muitas. Há alguns anos, quando já notáveis se apresentaram os frutos da ação da SUDENE, no Nordeste, o Piauí continuava marginalizado, sem os benefícios de um trabalho que deve ser corretivo das disparidades regionais.

Nenhuma prospecção de vulto, a não ser o estudo dos lençóis de águas subterrâneas, sem técnicos, sem poupança, sem infraestrutura, o Piauí não conheceu, nos primeiros anos da SUDENE, um trabalho sério, que lhe oferecesse perspectiva nova ao impasse de sua economia.

Os recursos dos artigos 34-18 não podiam ser utilizados, pois, sem energia em qualquer das cidades, sem rede de abastecimento d'água e com sistema de transporte deficiente, não tinha o que oferecer, no grande jogo de concorrência, com os demais Estados do Nordeste.

Teresina — a Capital — vivia às escuras, com a usina a vapor produzindo um terço de sua capacidade, o que representava um sexto da demanda — e quando funcionava... — era o que a SUDENE tinha a apresentar, de sua administração, nem meu Estado.

A Barragem de Boa Esperança não passava de pequenas verbas no Orçamento da União, sem possibilidades de realização a médio prazo, condenada pela SUDENE, que preferia ignorar todos os outros fatores, considerados, apenas, a falta, na época, de mercado consumidor de uma oferta tão grande de energia. Boa Esperança não apresentava possibilidade de rentabilidade imediata, era um sonho de um Estado pobre — diziam os técnicos.

Enquanto isso, multiplicavam-se, em todas as direções, as linhas de transmissão da CHESF, levando ao Nordeste a energia e, com ela, os recursos dos artigos 34-18, para a industrialização.

Graças à ação obstinada dos homens públicos do Piauí, à frente o então governador e a bancada Federal, junto ao Presidente João Goulart, é que foi possível a inclusão, no Plano Trienal do seu Governo, já então publicado, na Barragem, com o que, não houve muito, foi autorizada e criada a COHEBE.

E a obra prosseguiu, cumprindo seus cronogramas. E que, assumindo o Governo da República um homem ligado ao Estado, Presidente Castelo Branco, foi inextinguível na vigilância e na determinação de assegurar todos os recursos à hidrelétrica. Agora, a justiça de um decreto lhe deu o nome certo: Usina Castelo Branco.

A partir de então, a profunda e justificada desconfiança do Piauí na ação da SUDENE cedeu lugar a maior aproximação, através de um entendimento em torno de objetivos comuns.

Mas foi em razão de uma luta difícil, em que se afirmou a vontade férrea dos piauienses de vencer a batalha do desenvolvimento, que a SUDENE passou a considerar o Piauí sob sua jurisdição e a vê-lo sem o pessimismo que provocava em todos nós a mais viva das revoltas.

Enquanto esperávamos a ação do Governo Federal, o Estado não ficou no imobilismo.

E o Governo do Piauí organizou o seu Banco de Desenvolvimento, hoje um dos maiores do Nordeste. Criado para suporte de uma economia agrícola, o Banco do Estado não sofreu influências da política partidária, foi e é um organismo a serviço do Estado.

Criou-se e se implantou a entidade de economia mista AGEFISA — Água e Esgoto do Piauí S. A. — com recursos do Estado, SUDENE, DNOCS e empréstimos ao BID, que estão sendo religiosamente pagos. E assim Teresina viu resolvido outro dos seus grandes problemas — o do abastecimento d'água.

Organizaram-se as Centrais Elétricas do Piauí — CEPISA — hoje, instituição modelar que, através de um corpo técnico da melhor categoria, prepara, nas principais cidades, as redes de distribuição de energia para Boa Esperança. Os serviços de energia de Teresina foram normalizados após 10 anos de racionamento. Os serviços telefônicos, restaurados e ampliados, se estendem pelo interior, sendo de fazer-se notar o ambicioso Plano de Telecomunicações do Governo do Estado.

Criou-se o Fundo de Fomento Industrial do Piauí — FORMIP — e já se iniciaram os primeiros trabalhos visando à instalação do Distrito Industrial de Teresina.

Por iniciativa do Governo do Estado, que é seu maior acionista, instalou-se o FRIPISA — Frigorífico do Piauí S. A., o maior empreendimento, no gênero, do Nordeste, o melhor e mais adequado instrumento de aperfeiçoamento e melhoria dos nossos rebanhos, desassistidos e abandonados a uma criação extensiva.

Quando ainda não fazia presente a ação do Banco de Habitação, no Piauí, o seu Governo construía, com suas frágeis poupanças, casas populares nos subúrbios de Teresina, o que, ao tempo, provocou, da ilustre Presidente Sandra Cavalcanti, expressões do maior entusiasmo pelo pioneirismo, sem paralelo, no País.

Podíamos ilustrar, ainda, nosso esforço com os hospitais e postos médicos construídos, ginásios e colégios edificadas.

Vale, todavia, seja assinalado o quadro do ensino superior em nosso Estado. Até hoje, só funciona uma escola superior federal no Piauí. Há menos de quatro anos, o Conselho Federal de Educação reconheceu, em definitivo, a Faculdade de Filosofia, notável iniciativa da Arquidiocese de Teresina.

Após ingente trabalho de uma equipe de professoras que fundou a Faculdade de Odontologia, esta não logrou aprovação no Conselho Federal, fazendo-se necessária a encampação, pelo Governo do Estado, já, então, preocupado com a criação da Universidade.

Agora, Senhor Presidente, o Estado luta pela instalação da Faculdade de Medicina, e Faculdade de Enfermagem. O patrimônio da primeira já soma alguns bilhões e todo o trabalho sério e metódico que deve preceder à instalação da Universidade, a começar pelo treinamento de professores, tudo tem sido feito às expensas do Governo do pobre Estado do Piauí.

Há dois anos, exatamente, nos dava a honra de sua visita o ilustre Presidente do Conselho Federal de Educação — Professor Deolindo do Couto, que não conteve sua admiração ante obra que se realizava, silenciosa, mas obstinadamente, em meu Estado, em favor da Universidade.

Dentro em pouco tramitará nesta Casa pedido do Governo do Estado para contrair empréstimo à Alemanha, com o fim de equipar as Cadeiras básicas da Faculdade de Medicina.

Eis um pouco de nossa luta pela Universidade. Ela expressa bem um estado de espírito de um povo, habituado à adversidade, com a ela entregando-se, antes tentando vencê-la.

Este o Piauí, pobre, mas lutador; humilde, mas altivo; justificadoamente triste, diante da dura realidade a enfrentar dia a dia, mas forte, porque cheio de fé no resultado de sua luta heróica.

Muito fácil é dizer que o Piauí é pobre e ilustrar a pobreza, com espetáculos de mendicância que lá se apresentam — como em plena cidade Maravilhosa.

Não escondemos nosso pauperismo. Ele, desgrazadamente, existe, mas há um esforço hercúleo, visando a destruí-lo as causas.

Há miséria no mundo material, mas há riquezas inesgotáveis no coração dos homens, e esses não se prostram, antes, se agigantam no trabalho e na luta.

Negaram-nos, por tanto tempo, a Universidade, e nós com um esforço que poucos conhecem, o construímos.

O Governo Heilvidio Nunes, através do Conselho de Desenvolvimento, prepara técnicos de todos os níveis para a batalha do desenvolvimento.

O Governo, pelo Banco do Estado, financia os projetos que darão, de logo, consequências econômicas à energia de Boa Esperança.

As classes produtoras ganham alento e encetam trabalho de mudança de mentalidade, mobilizando-se, em esforço e poupança, para o ingresso na era da industrialização.

Há um otimismo generalizado em todos os setores e uma procura febril de novas fórmulas de trabalho e de iniciativa, visando à criação de uma estrutura que assegure o desenvolvimento.

E um povo que se arregimenta nesse trabalho, lasteado de tantos resultados, revolta-se quando o sensacionalismo de certa imprensa explora a pobreza, como um escândalo, como se estivéssemos ainda no tempo de resolver problemas, tocados pelo sentimentalismo.

Não dizem do esforço profícuo que se desenvolve, e, lamentando o quadro, pintam-no, em caricatura, como se nada de sério e proveitoso se fizesse, vitoriosamente, para melhorá-lo, como se muito já não houvesse a demonstrar que o Piauí se levanta, e oferece ao País um exemplo de extraordinária capacidade realizadora.

Todos os Estados do Nordeste se arregimentam num fecundo trabalho de atração das populações do Centro-Sul do País, cada um buscando oferecer facilidades e atrativos. Se, até ontem, não tínhamos a infraestrutura, sem a qual a industrialização de uma região se faz impossível, hoje já podemos oferecê-la; e estamos habilitados a concorrer com os demais Estados. Não nos faltam recursos naturais; temos estradas e energia; temos os principais Serviços Públicos nas cidades do Vale, escolas, hospitais, abastecimento de água e estamos empenhados na luta para mostrar ao País a nova imagem do Piauí, deformado por uns, ironizada por outros, e, por muitos, desconhecida.

O nosso Estado é pobre mas creio no trabalho que realiza em favor do desenvolvimento.

Sabe, entretanto, que precisa de ajuda. Não tendo os meios materiais, precisa buscá-los, junto ao Governo Federal para as obras públicas indispensáveis, e, no seio das grandes entidades privadas, cuida de obter os recursos dos incentivos fiscais, com o que implantará o seu parque industrial.

E com a autoridade formada na luta, no trabalho intenso, a que não faltou, em meio a todas as adversidades, a fé, é que continuaremos a reclamar, a solicitar o que baste ao desenvolvimento econômico e social.

A frente dessa luta está o Governador Heivídio Nunes.

E, nela, a Universidade tem o seu lugar de procedência.

Podemos afirmar que, dificilmente, se há de encontrar uma região subdesenvolvida que, sem ajudas, tenha dado tanto ao ensino superior quanto o Piauí.

Compreendemos a impossibilidade do ingresso, na era industrial, se não contarmos com um organismo que, sintonizado com a nossa realidade, não apenas assegure a formação dos técnicos, mas seja também fonte de irradiação de estudos, dos quais resultará uma compreensão segura dos nossos problemas.

Temos, perto, de nós um exemplo. Os cearenses não poudeavam, em toda sua extensão, a repercussão do trabalho, da ação de sua Universidade. E se não esteve ao nosso alcance preparar as unidades técnicas da que, dentro em pouco, haveremos de necessitar para a construção do nosso futuro, que o Governo Federal aproveite o esforço realizado e nos dê a Universidade. Ela será, com as poucas unidades, o embrião do qual surgirão os demais organismos que as necessidades impuserem.

Contamos com o Governo Federal. A palavra do Presidente Costa e Silva é a segurança maior de que venceremos já as dificuldades burocráticas. E, no mesmo sentido, temos, também, o pronunciamento do ilustre Ministro Tanzi Dutra.

Há pouco esteve em Teresina, a nosso convite e do Governador do Piauí, o Diretor Epilogo de Campos, que disse do seu entusiasmo com o já feito pelo Estado, em favor da Universidade.

E a Comissão de Verificação, examinando, "in loco" as condições, opinou favoravelmente ao nosso pleito.

Cabe, agora, o exame técnico do Conselho Federal, que, pelos dados e fatos, compreenderá, por certo, a importância do muito que se ameahou, juntou, construiu, pelo ideal de ter a Universidade. É um Estado pobre e desajudado que oferece um patrimônio, que se é grande no plano material, avulta ainda mais, no esforço de aprimoramento de quantos foram recrutados para as tarefas docentes.

Creio em que perto está a vitória. O Conselho Federal, presidido por um insigne Mestre — Deolindo Couto —, dará sua palavra indispensável.

E nos cabe dizer que continuaremos no trabalho silencioso e persistente junto ao Palácio do Planalto e ao Ministério da Educação, até o dia em que a lei disser que o Governo Federal recebe o que é seu: o ensino superior no Piauí.

No setor de estradas, impõe-se a obtenção de recursos para a construção, em ritmo acelerado, da BR-216 — Teresina-Picos, já delegada em parte ao 2º B.E.D.

Essa estrada tem prioridade número um para a economia piauiense, e, ligada à 407, dará solução à nossa comunicação com o Nordeste e o Sul do País.

Apesar de já incluída no Plano Prioritário da SUDENE e, agora, do DNER, precisará de vultuosos recursos para que possa ser construída dentro de 3 a 4 anos.

Tentamos obter, há dois anos, empréstimo internacional. Não logramos êxito, mas, nem por isso, devemos desistir do intento de construí-la o mais cedo possível. Quando hoje tão sensível aos problemas do nosso Estado, estudo o assunto, fazendo incluir, entre os investimentos a serem negociados, essa obra fundamental.

Outro problema que, há muito, se vem arrastando, sem um equacionamento adequado e fora dos esquemas prioritários do Governo Federal, é o Porto de Luiz Correia. Não se pode

levar avante um plano sério de desenvolvimento do Estado sem que se considere o porto como assunto de importância inegável.

Não valerá o argumento de que o principal são as eclusas no rio Parnaíba, já objeto de contrato. Isso não pesou ao ser concedido, com justiça, o porto de Itaqui, no Maranhão.

E não é justo que, para a mesma região, e no momento em que os dois Estados se mobilizam buscando assegurar mercado para Boa Esperança, critérios diversos e se adotem, relegando-se um pleito que muito significa e vale para a economia do Piauí.

E essa importância não nasce do nosso justificado propósito de defender o que julgamos do nosso dever, mas de conclusões abalizadas do Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, através de um Grupo de Trabalho, para fixar as diretrizes para o aproveitamento integrado do Vale do Parnaíba, trabalho de fevereiro deste ano.

No mesmo sentido, pronunciaram-se a SUDENE, Grupo da Universidade do Ceará e COHEBE — em alentado estudo de três volumes, há poucos dias publicados: "Diagnósticos Sócio-Econômico da Zona de Influência de Boa Esperança".

É a palavra, portanto, do Governo Federal que aponta, entre as medidas a serem tomadas, a construção do Porto de Luiz Correia.

Amplas perspectivas abrir-se-ão para todo o Estado, notadamente para o Norte, a zona mais desenvolvida e onde se formaram as primeiras fábricas, em nosso Estado.

Parnaíba, a Capital da Zona, com mais de 70 mil habitantes, foi a cidade onde melhor se afirmou, no passado, o espírito pioneiro do nosso povo, quer no tocante ao movimento comercial e à criação de um embrião industrial, quer na construção de um centro urbano de considerável importância.

Ganhará impulso e, não tenho dúvida em afirmar, oferecidas as condições mínimas, a cidade constituirá uma das alavancas do desenvolvimento do Estado.

Habitado ao trabalho pioneiro, a iniciativa privada foi contida pela falta de estímulo dos governos. Com um serviço de abastecimento de água, em construção que, inexplicavelmente, se arrasta há dois anos, pretendeu-se eliminar Parnaíba da primeira etapa da Hidrelétrica de Boa Esperança.

Graças à ação pronta do Governo do Estado, em defesa da região, que contou com o necessário e decisivo apoio do Superintendente da

SUDENE, General Euler Bentes Ribeiro, Parnaíba terá energia em 1968.

Enquanto nos restar forças, haveremos de lutar no sentido de que não falem os recursos para que as linhas de transmissão cheguem à nossa principal cidade.

O Piauí não pode faltar àquela região, certo de que, à frente Parnaíba, saberá ela retribuir tudo que receber do Estado e da Nação.

Ao lado da energia, impõe-se a construção do porto, recomendada pelos órgãos técnicos do Governo Federal que estudaram a região. Lutaremos por que sejam incluídos os recursos no Orçamento Plurianual a ser enviado ao Congresso, no próximo mês de março, bem como o asfaltamento da BR-343, de Piripiri a Parnaíba.

O Porto de Luiz Correia faz parte do conjunto de medidas que se ligam, o interdependam, sem as quais, facilmente, ganharemos o tempo perdido, integrando-nos no concerto desenvolvimentista do Nordeste.

No setor agropecuário, dois acontecimentos da maior relevância poderão constituir impacto forte, capaz de revolucionar as estruturas e assegurar ao setor primário, antes entregue aos meios de produção, os mais rudimentares, perspectivas de melhor rentabilidade.

O Frigorífico do Piauí S. A. ensejará medidas de proteção e melhoria do gado — principalmente bovino — e desenvolverá uma economia, até agora, em completo desamparo.

Impõe-se, então, um trabalho de entrosamento entre os estabelecimentos de crédito, o Conselho de Desenvolvimento do Estado,

O Banco do Estado e a SUDENE, a fim de que, da criação extensiva, partam os criadores para a criação de empresas rurais.

Além do FRIPISA fator condicionante da pecuária, fato auspicioso vem de ocorrer: o INOCS, em convenção com o Governo de Israel, parte para um trabalho de irrigação de grande área, aproveitando poços artesanais. É particularmente feliz, Senhor Presidente, que acompanhamos esse trabalho.

Iniciou-se quando estávamos à frente do Governo do Estado. O Convênio para perfuração de poços era entre a SUDENE e Israel. Ouvimos, na época, de jovens técnicos brasileiros desabafos de indignação ante a indiferença de setores da SUDENE, não animados em dar consequências ao manancial de água a jorrar.

Inútilmente, lutamos para que a SUDENE iniciasse a experiência agrícola que, na opinião dos técnicos de Israel, havia de dar os resultados mais alvissareiros.

Mas a SUDENE temia abrir nova frente, no setor agrícola, já marcado por vezes. Agora, a ação do DNOCS ganha força e, sob o maior otimismo, o Piauí vai de encontro ao manancial de água subterrânea.

Escusado será dizer do muito que temos certeza — resultará do trabalho do DNOCS.

A agricultura do Piauí buscará nêlas as inspirações, os exemplos e a ajuda técnica para renovar-se. Novos tipos de cultura nascerão, adaptados às condições ecológicas locais, e diversificada teremos a produção agrícola.

O Governo Federal marca, assim, em termos positivos, sua presença no Piauí.

Antes, não implantou sequer uma estação experimental nos solos representativos da área. Dela lembrou-se para aplicar a lei de taxaço do IBERA como se o Paraná ou São Paulo fossem iguais ao Piauí, levando o pânico à zona rural, agravando a miséria de uma economia de subsistência.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, como vimos, há dois nordestes. O Nordeste que, já há alguns anos, se industrializa e progride, e um outro que, até há pouco, foi marginalizado, sem os instrumentos que abrem caminho ao desenvolvimento.

Há o Nordeste que cresce mais que o restante do País, mas há regiões a que não.

As disparidades ainda não desapareceram, e o Piauí apresenta uma renda "per capita" que representa 62% da do Nordeste e 38% da renda do País.

Hoje, quando o problema do subdesenvolvimento é visualizado sob novas perspectivas e o País toma a consciência da defesa dos seus direitos, no campo das relações internacionais, resistindo às pressões das fortes, e hora de aplaudir a política do Presidente Costa e Silva, de defesa intransigente da economia do Nordeste, que há de devolver à Nação o que dela recebeu de estímulo à sua economia.

E dentro do Nordeste, um povo se organiza e luta, na drença de que terá o que já foi concedido aos outros Estados da Região.

Para tanto, tem um Governador sintonizado com o povo, entregue à política do desenvolvimento — Heivídio Nunes.

Seu trabalho silencioso abre novos horizontes à vida do Estado e condicionará, com certeza, a escolha dos futuros governantes.

O Piauí se renova em todos os setores. E trabalhando e lutando, haveremos de dar às novas gerações muito mais do que recebemos, em legado. (Muito bem! Muito bem! O orador é cumprimentado).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 1, DE 1968

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1, letra "J", nº 2 do Regimento Interno e de acordo com o disposto na Resolução nº 8, de 1963, resolve, designar para o Gabinete do 4º Suplente, Sebastião Veiga, Oficial Legislativo, Símbolo PL-5, para as funções de Auxiliar do Gabinete a partir de 26 de dezembro de 1967.

Secretaria do Senado Federal, em 19 de janeiro de 1968. — *Dinarte Mariz*, 1º Secretário.

ATO DO SR. DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 6, DE 23 DE JANEIRO DE 1968

Odiretor Geral, no uso de suas atribuições resolve designar Sylvia Minazi Mantovani Peixoto, Auxiliar Legislativo, PL-7, da Diretoria do Expediente e designá-la para ter exercício na Diretoria do Patrimônio.

Secretaria do Senado Federal, 23 de janeiro de 1968.

Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.

Republica-se por ter saído com incorreções (DCN — Seção II, de 19 de janeiro de 1968, pág. 45).

RESENHA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DO SENADO FEDERAL

Durante o mês de novembro de 1967.

Organizada pela Sinopse da Seção do Protocolo-Geral
Diretoria do Expediente

A SANÇÃO

Projeto de Lei da Câmara:
Nº 288 — de 1966 — (Senado) —

Brasília, 30 de novembro de 1967
— Feito por: *Aureliano Pinto de Menezes*, Auxiliar Legislativo — PL-10
— Conferido por: *Ela Loureiro Galotti*, Chefe da Seção do Protocolo
— Visto: *Nair Cardoso*, Diretora do Expediente.

MESA

Presidentes — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 3º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)

3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Atílio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

DO M D B

Líder — Filinto Müller — (MT)

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Bezerra Neto — (MT)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilaga — (RN)

Vasconcelos Torres — (RJ)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano

Ney Braga

João Cleophas

Teotônio Vilela

Júlio Leite

Atílio Fontana

Leandro Maciel

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio

Mários Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Aurélio Vianna

Pedro Ludovico

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antonio Carlos

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Milton Campos

Antonio Carlos

Aloysio de Carvalho

Eurico Rezende

Wilson Gonçalves

Petrônio Portela

Carlos Lindenberg

Rui Palmeira

Vasconcelos Torres

Daniel Krieger

Benedicto Valladares

Alvaro Maia

Lobão da Silveira

José Feliciano

Menezes Pimentel

Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino

Bezerra Neto

Josaphat Marinho

Aarão Steinhilber

Aurélio Vianna

Mário Martins

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano

Lobão da Silveira

Petrônio Portela

Eurico Rezende

Atílio Fontana

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Arnon de Melo

José Leite

Mello Braga

MDB

João Abrahão

Aurélio Vianna

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Adalberto Senna

Lino de Mattos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Carvalho Pinto

Carlos Lindenberg

Júlio Leite

Teotônio Vilela

Domicio Gondim

Leandro Maciel

José Leite

João Cleophas

Duarte Filho

Sigefredo Pacheco

Filinto Müller

Paulo Torres

MDB

Mário Martins

Pedro Ludovico

Lino de Mattos

José Ermírio

Josaphat Marinho

João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Menezes Pimentel

Mem de Sá

Alvaro Maia

Duarte Filho

Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares

Antonio Carlos

Sigefredo Pacheco

Teotônio Vilela

Petrônio Portela

MDB

Adalberto Senna

Lino de Mattos

Antônio Balbino

Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

João Cleophas

Mem de Sá

José Leite

Leandro Maciel

Manoel Vilaga

Clodomir Milet

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

Paulo Sarasate

Carvalho Pinto

Fernando Corrêa

Antônio Carlos

José Guilomard

Daniel Krieger

Petrônio Portela

Atílio Fontana

Júlio Leite

Mello Braga

Carlos Lindenberg

Celso Ramos

Teotônio Vilela

Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo

Bezerra Neto

Oscar Passos

Arthur Virgílio

Josaphat Marinho

José Ermírio

Lino de Mattos

Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Ney Braga

Atílio Fontana

Adolpho Franco

Domicio Gondim

João Cleophas

Júlio Leite

José Cândido

Rui Palmeira

Arnon de Melo

Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino

José Ermírio

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Pessoa de Queiroz

Pedro Ludovico

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimaraes
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimaraes
Vasconcelos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurelio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antonio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eduardo Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermírio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurelio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Altoni Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Vilela
Antonio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Quinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guimaraes
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A**TITULARES**

Benedito Valladares
Melito Muller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
José Cândido
Arnob de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimaraes
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurelio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigifredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigifredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
José Guimaraes
Sigifredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Arnon de Mello

A R E N A**TITULARES**

Vasconcelos Torres
 Carlos Lindenberg
 Arnon de Mello
 Paulo Torres
 José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
 Antonio Carlos
 Manoel Villaga
 Menezes Pimentel
 Celso Ramos

M D B

Arthur Virgilio
 Adalberto Sena
 Secretário J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Terças-feiras, às 15:00 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Lino de Mattos

A R E N A**TITULARES**

José Leite
 Celso Ramos
 Arnon de Mello
 Attilio Fontana

SUPLENTE

José Guilomard
 Petronio Portela
 Domicio Gondin
 Carlos Lindenberg

M D B

Lino de Mattos

Arthur Virgilio

Secretaria: Carmemita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guilomard

Vice-Presidente: Clodomir Millet

A R E N A**TITULARES**

José Guilomard

Fernando Corrêa

Clodomir Millet

Alvaro Maia

SUPLENTE

Lobão da Silveira

José Feliciano

Filinto Muller

Sigefredo Pacheco

M D B

Adalberto Sena

Oscar Passos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.